



University of  
Texas Libraries

REDIB  
Red Iberoamericana  
de Investigaci3n y Conocimiento Científico

latindex

e-revist@s

Sumários.org



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 15, n. 3, art. 3, p. 51-78, mai./jun. 2018  
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983  
<http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.3.3>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung

Zeitschriftendatenbank

MIAR

Diadorim

## Universidade Federal e Políticas Públicas no Brasil: Análises sobre o Reuni Federal University and Public Policy in Brazil: Analysis about the Reuni

**Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão**

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais  
Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto  
E-mail: carolmaranhao@icsa.ufop.br

**Talita Almeida Fernandes**

Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo  
Graduação em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto  
E-mail: talitafernandes16@gmail.com

**Jussara Jéssica Pereira**

Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo,  
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
E-mail: jussarajpereira@gmail.com

**Roberto Kaehler de Albuquerque Maranhão**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora  
Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: rmaranhao@gmail.com

**Endereço: Carolina Machado Saraiva de  
Albuquerque Maranhão**

Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da UFOP - Rua  
do Catete, 166, Mariana - MG, CEP 35420-000, Brasil.

**Endereço: Talita Almeida Fernandes**

Programa de Pós-graduação em Administração da UFES,  
Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES,  
CEP 29075-910, Brasil.

**Endereço: Jussara Jéssica Pereira**

Av. 9 de julho, 2029 - Edifício John F. Kennedy - 2º  
Andar - (Acesso também pela Rua Itapeva, 432) - Bela  
Vista, São Paulo - SP, CEP 01332 000, Brasil.

**Endereço: Roberto Kaehler de Albuquerque  
Maranhão**

Rua José Lourenço Kelmer, S/n - Martelos, Juiz de  
Fora - MG, 36036-330, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar  
Rodrigues**

**Artigo recebido em 23/02/2018. Última versão  
recebida em 15/03/2018. Aprovado em 16/03/2018.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**

## RESUMO

Esta pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, se propôs a compreender qual a contribuição, ainda que inicial, do programa Reuni para a democratização do acesso ao ensino superior, nas universidades federais no Brasil. A pesquisa avaliou informações textuais e apresentações gráficas, que se referiam: a) Número de matrículas criadas pelo programa Reuni; b) Número de vagas criadas pelo programa Reuni; e c) Recursos financeiros disponibilizados aos programas Reuni e Expansão, informações estas disponibilizadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal. De fato, houve grande expansão da educação pública superior no Brasil após a implantação do Reuni, os resultados apresentam um aumento de cerca de 30% no número de matrículas de 2003 a 2009, um aumento de cerca de 70% no número de vagas criadas pelo Reuni no mesmo período, e de 2005 a 2009 um aumento de 90% nos recursos financeiros disponibilizados. Todavia, essa melhora não impactará na melhoria educacional, enquanto não houver processo de construção e desenvolvimento do discente. É preciso construir uma visão mais completa da qualidade da educação superior no Brasil e, para tanto, deve-se considerar variáveis como estrutura física das Universidades, grade curricular e projetos pedagógicos dos cursos, além da constituição do corpo docente.

**Palavras-chave:** Universidade Federal. Ensino Superior. Reuni. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research of character qualitative, descriptive, it aims to understand the contribution, although initial, of the Reuni program for the democratization of access to higher education, in federal university in Brazil. The survey assessed textual information and graphical presentations, which concerned: a) Number of matriculations created by Reuni program; b) Number of vacancies; and c) Financial resources made available the programs Reuni and Expansion information provided by these organs Federal Executive Power. In fact, there was a great expansion of public higher education in Brazil after the implementation of Reuni. The results show an increase of about 30% in the number of matriculation from 2003 to 2009, an increase of about 70% in the number of vacancies created by Reuni in the same period, and from 2005 to 2009 an increase of 90% in the available financial resources. However, this improvement will not affect educational improvement, while there is no process of construction and development of the student. We need to build a more complete vision of the quality of higher education in Brazil, and, therefore, it should consider variables such as physical structure of universities, curriculum and pedagogical projects of the courses, beyond the constitution of the body teacher.

**Key words:** Federal University. Higher Education Reuni Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

É notória a importância do desenvolvimento econômico e social promovido pelas políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil, ao longo das duas últimas décadas. Borsato e Alves (2015) relacionam a reforma do ensino superior no Brasil ao processo de remodelação do Estado Capital sob a égide do neoliberalismo que, no Brasil foi implantado por um movimento democrático em resposta ao período ditatorial de 1964 a 1985, que culminou na Constituição Federal de 1988.

Balán (2013) salienta que na América Latina o ensino superior passou por forte crescimento e mudanças. Essas mudanças direcionaram à uma autonomia institucional, governança do sistema, desenvolvimento avançado da força de trabalho e contínuos desafios de acesso e equidade ao ensino superior. Já no continente europeu, a maioria dos países alocam fundos para instituições de ensino superior com base no desempenho. As políticas públicas, portanto, estão ligadas ao desempenho de pesquisa, ao aumento da quota de fundos competitivos e o nível de alocação de núcleos para um número de alunos (VIEIRA; LEPORI, 2016).

Todavia, no Brasil, como forma de incentivar e ampliar o conhecimento nas universidades foi criado, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Este programa surgiu para tentar diminuir as desigualdades e proporcionar a mais pessoas a possibilidade de ingresso nas universidades federais. Em sua proposta o programa tem a pretensão de aumentar tanto o acesso, quanto a permanência na educação superior, além de ampliar os espaços físicos das universidades e promover uma expansão acadêmica e pedagógica (BRASIL, 2010).

O Reuni possui várias dimensões em sua proposta, ou seja, um conjunto de diferentes metas interrelacionadas ao propósito central de reestruturação do ensino superior público, a saber: Reestruturação Acadêmico-Curricular, Renovação Pedagógica da Educação Superior, Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, Compromisso Social da Instituição, Mobilidade Intra e Inter-Institucional e Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública (BRASIL, 2007).

Frente ao exposto, este artigo traz como problemática: Qual a contribuição, ainda que inicial, do programa Reuni para a democratização do acesso ao ensino superior nas universidades federais no Brasil? Como objetivos buscou-se analisar, qualitativamente, a contribuição do programa Reuni na ampliação da oferta de vagas de educação superior nas

universidades federais, bem como expor uma avaliação inicial sobre o impacto da implantação do mesmo como política pública de expansão do ensino superior e democratização de acesso. Entende-se que uma política pública terá muitos impactos em muitas dimensões ao longo dos anos, alguns difíceis de prever, mas o aumento nos números de acesso é essencial ao sucesso do programa.

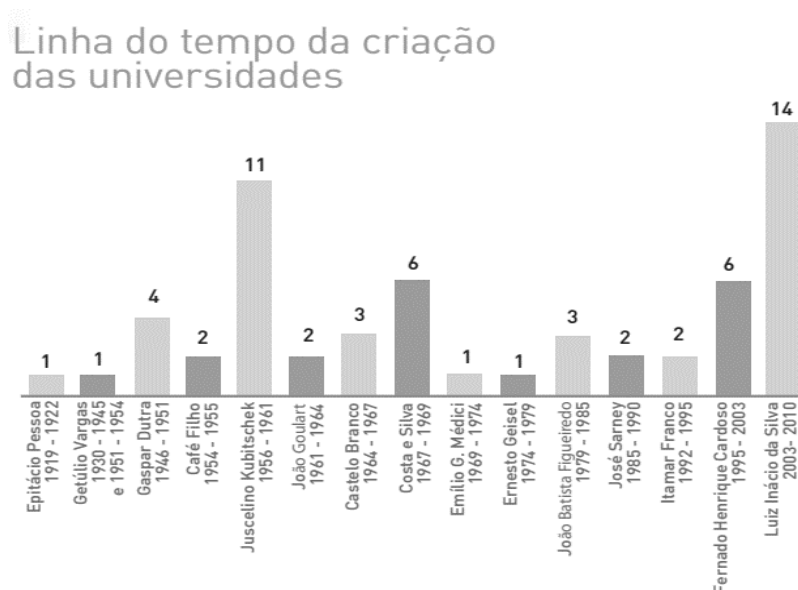
Esta pesquisa encontra-se dividida em seis seções, a primeira consiste nesta introdução, a segunda compreende o marco teórico utilizado, a terceira apresenta a metodologia utilizada, a quarta expõe a análise dos dados, a quinta refere-se à conclusão e a sexta, e última sessão, apresenta os textos e os autores que embasaram esta pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A educação superior no Brasil e as influências internacionais das políticas públicas de ensino**

Segundo Trindade (1999) nos países latino-americanos de língua espanhola, as universidades começaram a ser implantadas nas primeiras décadas após o descobrimento. Todavia, salientam Bittencourt e Ferreira (2014) que no Brasil, este processo foi iniciado tardiamente, com a vinda da família real, sendo implementada em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

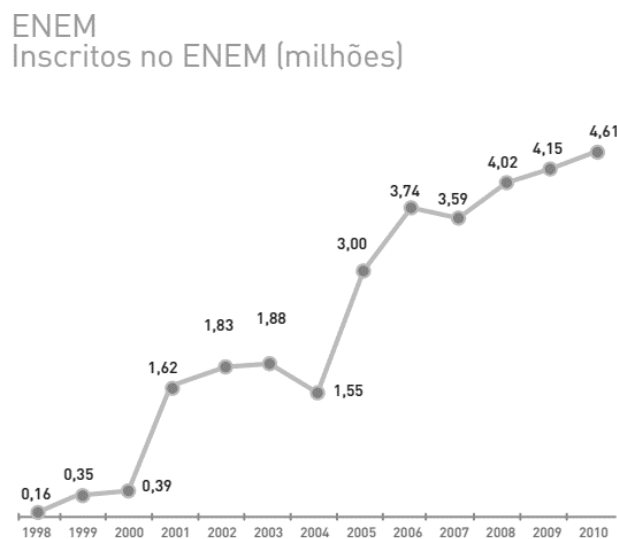
Albuquerque e Pacheco (2013, p.1), por sua vez, afirmam que Portugal possuía apenas interesses comerciais com o Brasil e “os filhos dos senhores tinham uma educação com os jesuítas e depois rumavam para a Europa atrás das grandes universidades”. Desta forma, não era considerada necessária a implantação de uma universidade no Brasil. Destarte, a figura 1 ilustra, historicamente, a implementação das universidades no Brasil.

**Figura 1 – Linha do tempo da criação das universidades**

Fonte: Brasil (2016, p. 144).

Maia (2000) esclarece que as primeiras experiências universitárias não foram bem sucedidas. O primeiro registro do país é da Universidade de Manaus, criada em 1909. Dela sobrou apenas a Faculdade de Direito que, em 1962, se incorporou à Universidade do Amazonas. As duas universidades seguintes, Universidade de São Paulo, em 1911, e Universidade do Paraná, em 1912 encerraram suas atividades devido à falta de financiamento.

De fato, foi a Constituição de 1988 que materializou o acesso a educação como um direito universal de todos os brasileiros. Historicamente, nas décadas seguintes, o país começou a superar as díades que excluía uma parcela significativa da população do sistema educacional. Todavia, nos dias atuais é perceptível, ainda, a exclusão e a incapacidade do sistema em atender a demanda por mais vagas e qualidade na educação (BRASIL, 2016). Corroborando, a figura 2, apresenta o número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, uma das principais portas de ingresso ao ensino superior no Brasil.

**Figura 2 – Evolução do número de inscritos no Enem**

Fonte: Brasil (2016a, p. 136).

O Enem foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação, com o intuito de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil. Atualmente, é uma das principais formas de ingresso ao ensino superior, seja pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu nas universidades federais, bolsas parciais ou integrais para o Programa Universidade de Todos – ProUni, nas instituições particulares, ou obtenção de financiamento pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, também nas instituições privadas.

No âmbito da educação superior, os governos em busca do desenvolvimento científico e tecnológico começaram a implementar programas de ampliação da oferta de vaga e permanência dos estudantes nas universidades federais (BRASIL, 2016). A figura 3 ilustra a quantidade das vagas em graduação presencial em universidades federais no Brasil, do ano de 2003 a 2012.

**Figura 3 – Vagas em graduação presencial em universidades federais**

Fonte: Brasil (2016a, p. 143).

No que tange ao acesso e à participação no ensino superior destaca-se que “a taxa de escolarização bruta na faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior, passou de 16,6% em 2002 para 26,7% em 2009” (BRASIL, 2016, p. 144)

Pinto (2004, p. 729), afirma que a taxa de escolarização bruta da educação superior (razão entre o total de matrículas e a população na faixa etária entre 18 e 24 anos) em 1960 era de apenas 1%, aumentando para 15% em 2002. Entretanto, o autor ressalta o fato de que neste mesmo período as matrículas na rede pública cresceram 20 vezes, enquanto na rede particular o aumento foi de 59 vezes, “tornando o Brasil um dos países com o mais elevado grau de privatização desse nível de ensino” e demonstrando a disparidade do crescimento educacional público e privado.

Weska (2012) afirma que as privatizações da educação superior contribuíram para a redução dos investimentos estatais no setor. Lugão *et al* (2012) declaram que a manutenção das instalações existentes foi sendo negligenciada em função da escassez de recursos e sofriam com a redução gradual de seu corpo docente e técnico-administrativo, que não era repostos no caso de aposentadorias ou outros tipos de vacâncias. Weska (2012) corrobora que a falta de investimentos do Estado no setor público educacional deu lugar a uma política de estagnação das instituições universitárias.

A fim de reverter este quadro da educação superior no Brasil, em 2001 foi lançado o Plano Nacional de Educação - PNE - Lei nº 10.172, de 09 de janeiro, ferramenta indicada como meio para apresentar a organização e as ações da educação nacional. O PNE buscava estabelecer metas que exigissem considerável aumento dos investimentos nesta área, a fim de

cumprir a determinação de que a União tem exclusiva competência para legislar sobre as “diretrizes e bases da educação nacional” (art. 22). Além disso, criava novas expectativas de crescimento para as instituições federais. Para Saviani (2010), a ideia da necessidade de um plano educacional em âmbito nacional é expressa, pela primeira vez, no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, quando um Plano de Reconstrução Educacional é proposto e anexo ao corpo do documento principal.

Ações e documentos internacionais também influenciaram o Brasil, são elas: *Ensenanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, o *Processo de Bolonha (1999)* e *Construir Sociedades de Conocimiento: nuevos desafios para La educación terciaria* (ARRUDA; GOMES, 2011; BANCO MUNDIAL, 2003). Resultado de um estudo que objetivava analisar as principais dimensões da crise pela qual passava a educação superior nos países em desenvolvimento, o primeiro documento visava propor soluções influenciadas por mecanismos de mercado.

Existem influências internacionais recontextualizadas ao modelo brasileiro que, possivelmente contribuíram para o cenário da produção do texto da política do Reuni, tais como: reconhecimento da contribuição da educação superior para o desenvolvimento econômico e social do país; utilização do financiamento estatal acompanhado de critérios e metas de desempenho; aumento da variedade de cursos e percursos acadêmicos; estender o acesso à educação superior aos grupos historicamente excluídos; incentivo à mobilidade entre os cursos; ampliação da relação professor/aluno; combate à evasão estudantil e repetência; promoção de mecanismos de isonomia como assistência estudantil (ARRUDA; GOMES, 2011).

## 2.2 O contexto das políticas públicas no Brasil

Para Paes e Paula e Silva (2015), na sociedade contemporânea é evidente que as discussões que envolvem educação e trabalho estão interessadas em analisar se a educação cumpre ou não o seu papel na preparação de alunos para o acesso ao mercado de trabalho na vida social. No caso da sociedade brasileira esta afirmação pode ser averiguada por meio da legislação que regulamenta as diretrizes para a educação nacional, intitulada como *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96*.

Sobre as universidades públicas e assistência estudantil no Brasil, pode-se afirmar que, no ano de 2007, os alunos das instituições federais do ensino superior, que possuem baixa renda, puderam pleitear bolsas e auxílios como moradas estudantis, alimentação, transporte,



assistência à saúde para acidentes dentro da instituição, inclusão digital, cultura e esporte. Tal iniciativa é fruto do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes (BRASIL, 2016).

A figura 4 mostra os investimentos e o número de benefícios com o programa de assistência estudantil – Pnaes.

**Figura 4 – Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**



Fonte: Brasil (2016a, p. 144).

As políticas educacionais surgem com a necessidade da expansão da educação brasileira, prioritariamente a educação superior, como forma de aumentar a competitividade do país, principalmente no mercado externo. De acordo com Arruda e Gomes (2011), a educação superior compõe a agenda governamental há anos, e seus debates foram cada vez mais intensificados por entidades educacionais como a UNE, Andifes e Andes-SN. A reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), buscava “[...] pelo menos, dois objetivos: o da diversificação e o de que cada instituição deverá repensar e redefinir seu caráter e sua vocação” (CATANI, 2002, p. 19).

Após sua aprovação, sob a Lei nº 5.540/68, o modelo de IES a ser desenvolvido no país contemplava os sistemas federal e privado, e foi o causador de medidas que incentivaram aspectos quantitativos do sistema de ES, promovendo a contratualização do mesmo em busca de obter mais rentabilidade com menos recursos (MARTINS, 2009).

Segundo Araújo e Pinheiro (2010, p. 664), “o contrato de gestão é um dos mecanismos mais utilizados no novo paradigma da gestão pública que considera a

contratualização uma das formas mais eficientes de instituir uma gestão por resultados”. Maués (2001, p. 3) afirma que as políticas de educação superior implementadas nos últimos 16 anos trouxeram a marca da privatização, mercadorização, bem como empresariamento da educação, logo o ajuste neoliberal que o país vivenciou forçou a ocorrência de corte dos gastos públicos, culminando em uma “reforma do Estado que ganhou ares de gerente e avaliador”

Para atender à crescente demanda por ensino superior, em 2003, o MEC iniciou o processo de Reforma da Educação Superior, com a intenção de popularizar o acesso ao ensino superior, refinar a universidade pública e transformá-la em referência para toda a educação superior, além de estabelecer novo equilíbrio entre os sistemas público e privado e inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional. Os programas FIES e PROUNI tem colaborado para a expansão da educação superior privada, enquanto as diretrizes do REUNI, que serão descritas na sessão seguinte, objetivam maior número de matriculados na rede federal de ensino superior.

Em 2006, houve um projeto de decreto intitulado Plano Universidade Nova e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, liderado pelo então reitor da Universidade Federal da Bahia, Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho. Em apresentação no II Seminário, o Prof. Naomar (2007, p. 17) afirma que “o processo europeu de Bolonha é um exemplo eloquente dessa concepção acadêmica que, por força das demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade”

De acordo com Bittencourt e Ferreira (2014), A Universidade, Nova buscava uma solução contra o retrógrado modelo tradicional das universidades e tinha como estímulos o Processo de Bolonha, os *colleges* estadunidenses e o aporte do educador Anísio Teixeira, que argumentava que “a educação não pode jamais ser privilégio de alguns”. Arruda e Gomes (2011) afirmam que a principal ideia da proposta da Universidade Nova consistia na mudança do formato de avaliação do processo seletivo para ingresso à educação superior e na implementação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI's), que precederiam a formação profissional no nível da graduação, possibilitando uma formação geral. Acreditava-se que a proposta reduziria as taxas de evasão na graduação e, conseqüentemente, aumentaria o número de vagas ocupadas na educação superior, uma vez que evitaria que os estudantes fizessem escolhas prematuras em suas profissões.

Em 2007, foi publicado o Decreto que institui o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Com o propósito de “criar condições para

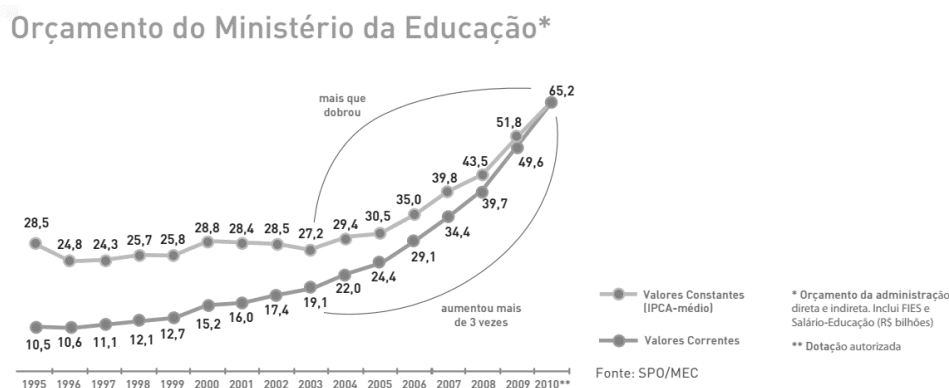
ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Art. 1º), o REUNI prevê a expansão do acesso às universidades através da oferta de novos cursos e interiorização das Universidades. “Os programas de acesso ao ensino superior inserem-se no âmbito das políticas inclusivas compensatórias. Tais políticas visam a corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas” (APRILE; BARONE, 2009, p.44).

Sabe-se que o sistema de acesso ao ensino superior historicamente limitou a participação das classes menos favorecidas. A educação básica pública no Brasil (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) nunca foi capaz de competir com a educação básica privada. Dessa forma, fosse pelo vestibular ou pelo custo das universidades particulares, as classes mais favorecidas tinham melhor acesso às universidades e melhores condições de conclusão dos cursos. O governo optou por tentar diminuir essa deficiência, inicialmente com um aumento no número de vagas disponíveis, mas esse aumento não "experimentou, na mesma proporção, a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos.” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009 p.01).

Outras políticas continuaram a ser desenvolvidas e, em 2008, a Declaração resultante da Conferência Regional de Educação Superior - CRES na América Latina e Caribe, afirma que “a Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado”, reforçando a necessidade de que ela assuma um papel estratégico.

Os setores envolvidos na CRES admitem que a educação superior “enfrenta correntes que promovem sua mercantilização e privatização, assim como a redução do apoio e financiamento do Estado”. Desta forma, a declaração manifesta explicitamente a necessidade de reverter essa tendência, ficando a cargo do governo assegurar o financiamento apropriado ao funcionamento das instituições, reforçando, ainda, que a educação “não pode, de modo algum, reger-se por regulamentos e instituições com fins comerciais, nem pela lógica do mercado” (COLETIVA, 2008, p. 238).

Já em 2009, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social ressalta a importância dos investimentos em educação como “força maior na construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado” (CMES, 2009, p. 02). A figura 5 mostra a evolução histórica do orçamento do Ministério da Educação desde 1995 até 2010.

**Figura 5 – Orçamento do Ministério da Educação**

Fonte: Brasil (2016a, p. 132).

As políticas públicas brasileiras relacionadas à educação visam democratizar o acesso e garantir o desenvolvimento e permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos, com recursos progressivos, para promover a viabilidade do compromisso elaborado como Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, nota-se que o investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que era de 3,9% em 2000, chegou a 5% em 2009 (BRASIL, 2016, p.131).

### 2.3 Sobre o REUNI

O REUNI é um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades que busca aumentar o acesso e a permanência na educação superior, além de ampliar os espaços físicos das universidades e promover uma expansão acadêmica e pedagógica. Com o propósito de diminuir as desigualdades, propõe o aumento de vagas, novos cursos no horário noturno, inovações pedagógicas e o combate à evasão. O programa foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Segundo o documento das diretrizes gerais do REUNI, publicado em agosto de 2007, o programa de reestruturação da educação superior deve representar um acordo entre governo, instituições federais de ensino superior e sociedade.

O REUNI tem como principais objetivos ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Para isso, o MEC lista várias dimensões como ampliação da Oferta de Educação Superior Pública, reestruturação Acadêmico-Curricular, renovação Pedagógica da

Educação Superior, suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, compromisso Social da Instituição, mobilidade Intra e Inter-Institucional. É um programa ambicioso, amplo e que não se reduz a uma expansão simples das vagas de acesso. A dimensão acesso, apesar de não ser a única, é a primeira que precisa ser atingida e, portanto, já pode ser analisada, mesmo que de forma exploratória. A meta principal do REUNI nessa dimensão é o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno ou, mais especificamente, “dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008” (BRASIL, 2010).

O programa foi uma medida adotada pelo governo federal, a fim de retomar o crescimento do ensino público em nível superior e consistia em uma chamada pública não concorrencial para seleção e apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão. Apesar da não obrigatoriedade de adesão, todas as 54 Universidades Federais do Brasil enviaram seus planos de ação e aderiram ao programa.

O apoio financeiro do programa, quanto ao aumento do número de vagas, permitiu que a expansão ocorresse em decorrência do aumento do número de vagas em cursos já existentes, ou com a criação de cursos ainda não existentes, chamados aqui de cursos oriundos/provenientes do REUNI. A proposta do programa prevê cursos de qualidade semelhante aos cursos já existentes e assegura que a expansão não diminuirá a qualidade da educação brasileira.

No que se refere às mudanças após a adesão ao REUNI, as Universidades contempladas pelo programa deveriam melhorar seus indicadores. Algumas medidas como: aumentar a razão aluno/professor, promover medidas para diminuir a evasão escolar, aumentar o número de matrículas efetuadas, sobretudo no período noturno, e promover a reestruturação curricular dos cursos configuram as mudanças necessárias nos cursos do REUNI. É importante ressaltar que o fim do REUNI não significa o fim dos cursos provenientes do programa, nem a redução das vagas dos cursos de graduação. O REUNI prevê o investimento necessário para expansão e estruturação dos cursos durante os cinco anos. Findado o contrato, as universidades deverão manter os cursos abertos e garantir o bom funcionamento das instituições, voltando a receber a mesma forma de financiamento anterior ao início do programa.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, se propôs a compreender qual a contribuição, ainda que inicial, do programa REUNI para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil?

Para tal empreitada, buscou-se analisar a contribuição do programa REUNI na ampliação da oferta de vagas de educação superior nas universidades federais, bem como expor uma avaliação inicial sobre o impacto da implantação do mesmo como política pública de expansão do ensino superior e democratização de acesso. Propõe-se uma análise da contribuição inicial, pois é compreensível que uma política pública terá muitos impactos em muitas dimensões ao longo dos anos, alguns difíceis de prever, mas o aumento nos números de acesso é essencial ao sucesso do programa.

A pesquisa analisou informações textuais e apresentações gráficas, disponibilizadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal e entidades vinculadas a ele sobre a educação superior no Brasil, antes e após a implantação do REUNI. Os dados foram coletados nos sítios e portais da internet do Ministério da Educação, Ministério do Planejamento e Balanço de Governo 2003 a 2010.

As informações textuais analisadas foram retiradas do livro balanço de governo que está disponível nos sítios e portais da internet, e pode ser livremente acessado nos endereços: <https://i3gov.planejamento.gov.br/?p=balanco> que apresenta o conteúdo total da publicação e [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br) em uma forma sintetizada. A escolha da obra se deve ao fato de que o livro foi confeccionado e registrado em cartório com o intuito de prestação de contas do Governo Federal à sociedade, podendo ser utilizado como referência dos resultados alcançados com as políticas públicas implementadas no período de 2003 a 2010. Nesse balanço detalhado, cada ministério ficou responsável em elaborar o seu balanço temático (BRASIL, 2016b). Para tanto, foi analisado o conteúdo textual do livro de número três, intitulado “Cidadania e Inclusão Social”; tema “Educação”; subtema “Educação Superior” que tem início na página cento e quarenta e dois, e fim na página cento e setenta e seis.

Na análise textual, procedeu-se com a utilização da nuvem de palavras como ferramenta de pesquisa qualitativa. De acordo com Mathews *et al.*, (2015), a nuvem de palavras pode ser utilizada para analisar dados qualitativos, sendo a nuvem uma imagem composta de texto, na qual o tamanho e cor de uma palavra, ou até mesmo frase, representa a sua frequência no texto. Para operacionalizar tal ferramenta, é necessário selecionar o texto e





palavra no texto que está em análise (LOHMANN; ZIEGLER; TETZLAFF, 2009; VIÉGAS; WATTENBER 2008).

Destarte, pode-se perceber que a nuvem de palavras do texto analisado, qual seja a “Educação Superior”, subtema do livro balanço de governo apresenta, de uma forma visual e rápida, o que está sendo dito no texto; portanto, o texto em análise apresenta em seu conteúdo informações referentes à educação superior, aos cursos de graduação, número de universidades, criando, ampliando instituições, expansão das universidades federais, vagas, projetos, qualidade, resultados dos programas, o que fortalece a tese sustentada neste trabalho de utilizar tal texto como aporte para compreender a contribuição do programa REUNI na ampliação da oferta de vagas de educação superior nas universidades federais.

A nuvem é um retrato, uma imagem espelhada, de palavras que foram ditas no texto e que foram organizadas por ordem alfabética na imagem observada. As tonalidades de uma determinada cor também estabelecem uma conexão com as palavras, como pode ser observado Programa, Educação, superior, instituições (verde musgo) foram dispostas na imagem com a mesma tonalidade de cor; o mesmo acontece com programas, cursos, criando, qualidade que também apresentam a mesma cor (amarelo ovo), outro ruído similar é perceptível em projetos, bolsas, pesquisa, resultados, universidade, graduação (vinho).

**Figura 7 – Resultados da Expansão da Universidades Federais**

### Expansão da Rede Federal de Educação Superior/Reuni

	2003	Outubro de 2010	2011
Universidades	45	58 funcionando 1 em implantação (Unilab)	59 (14 novas)
Campus e unidades	148	126 novos funcionando Total: 274 funcionando	282 (134 novos)
Municípios atendidos*	114	230 municípios atendidos por campus em funcionamento	237

\* Municípios atendidos por mais de um campus foram contados somente uma vez

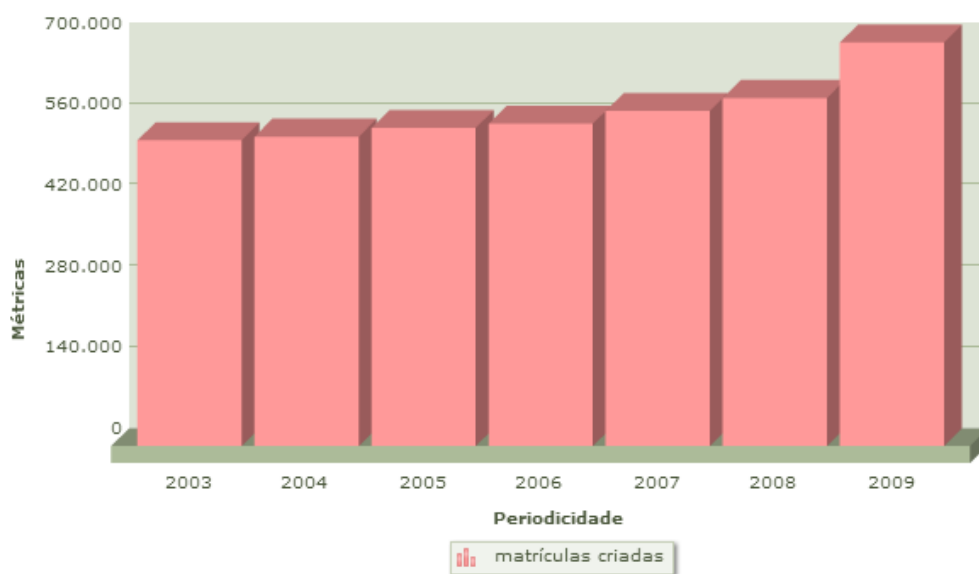
**Fonte:** Dados secundários Brasil (2016a, p. 143).

A figura 7 é um quadro que ilustra os esforços tanto do Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior em 2003, quanto o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Observa-se neste período



a implantação de 14 universidades federais e 126 campos universitários atendendo a 237 municípios.

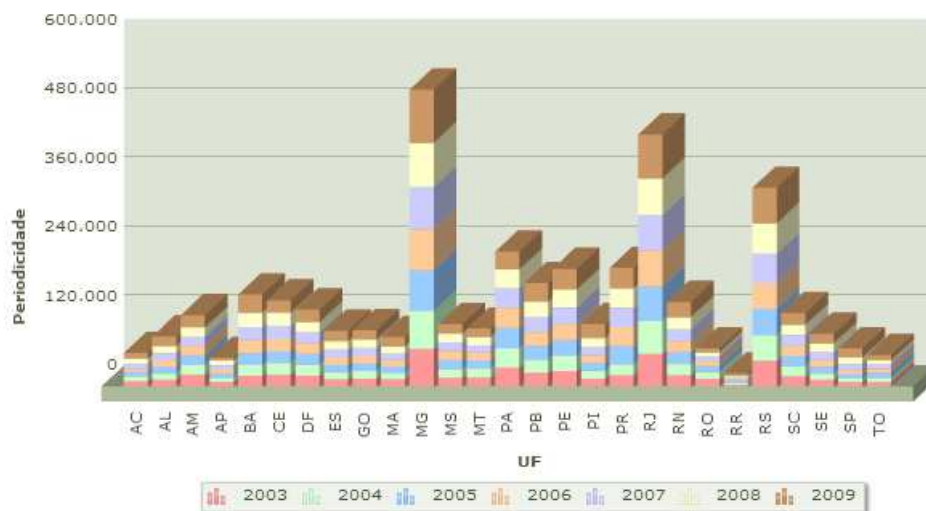
**Figura 8 – Número de matrículas criadas por tempo Reuni**



**Fonte:**Dados secundários Brasil (2016)

A figura 8 representa o número de matrículas criadas por tempo com o Programa Reuni, observa-se que, em 2003, o número de matrículas alcançou a marca de 527.719 mil, enquanto que o ano de 2004 registrou 533.892 mil matrículas. Já o ano de 2005 registrou 549.171 mil matriculados, enquanto o ano de 2006 atingiu de 556.231 mil matrículas. Em 2007 foram 578.536 mil matrículas, e no ano de 2008 foram 600.772 mil matrículas. O ano de 2009, por sua vez, alcançou o número de 696.693 mil matriculados na rede federal de ensino superior. Portanto, de 2003 a 2009 houve um aumento no número de matrículas de cerca de 30%.

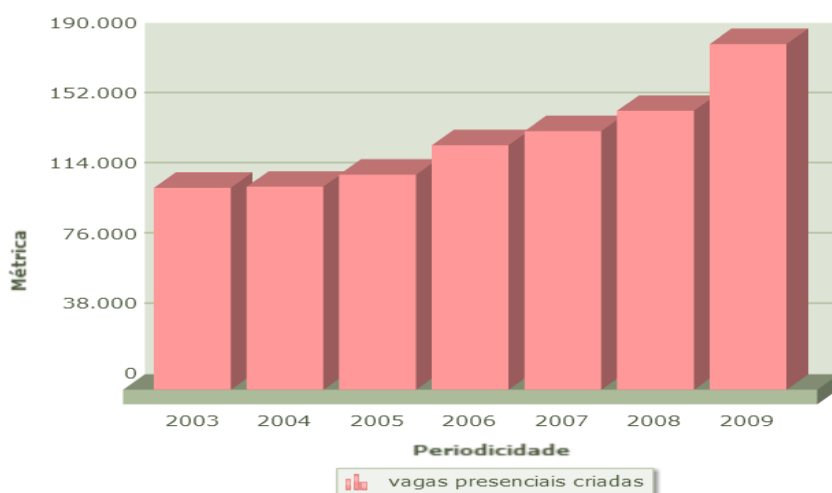
**Figura 9 – Número de Matrículas criadas por local Reuni**



**Fonte:** Dados secundários Brasil (2016).

A figura 9 é um gráfico de barras que faz referência aos 27 estados, relativamente ao número de matrículas criados no período de 2003 a 2009, com destaque para o estado de Minas Gerais que possui o maior número de matrículas, qual seja, 514.495mil, seguido pelo estado do Rio de Janeiro com 436.727 mil matrículas e Rio Grande do Sul com 344.257 mil matrículas, como os estados que apresentaram maior número de matrículas no período observado.

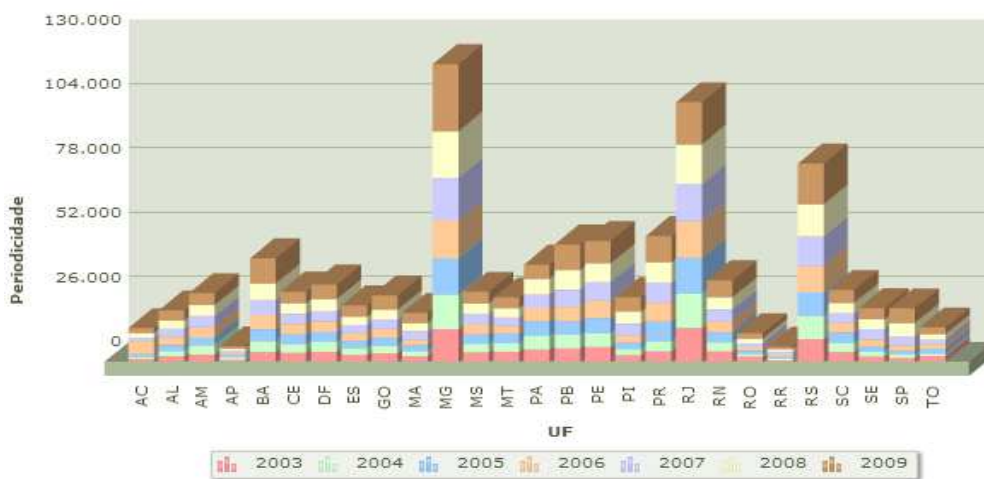
**Figura 10 – Número de vagas criadas por tempo Reuni**



**Fonte:** Dados secundários Brasil (2016).

A figura 10 demonstra a progressão do número de vagas criadas por tempo como o programa Reuni. Nota-se que, em 2003, o número de vagas criadas foram 109.184 mil; já em 2004, esse número subiu para 109.802 mil vagas em universidades federais. No ano de 2005 o programa alcançou a marca de 116.384 mil novas vagas e, em 2006, o número chegou a 132.203 mil, enquanto no ano de 2007 tem-se o valor de 139.875 mil. Todavia, em 2008, nota-se a criação de 150.869 mil vagas e em 2009 o número chegou a 186.984 mil novas vagas criadas com o programa Reuni. Destarte, percebe-se que do ano de 2003 a 2009, houve um aumento de cerca de 70% no número de vagas criadas pelo Reuni e disponibilizadas para a rede federal de ensino superior.

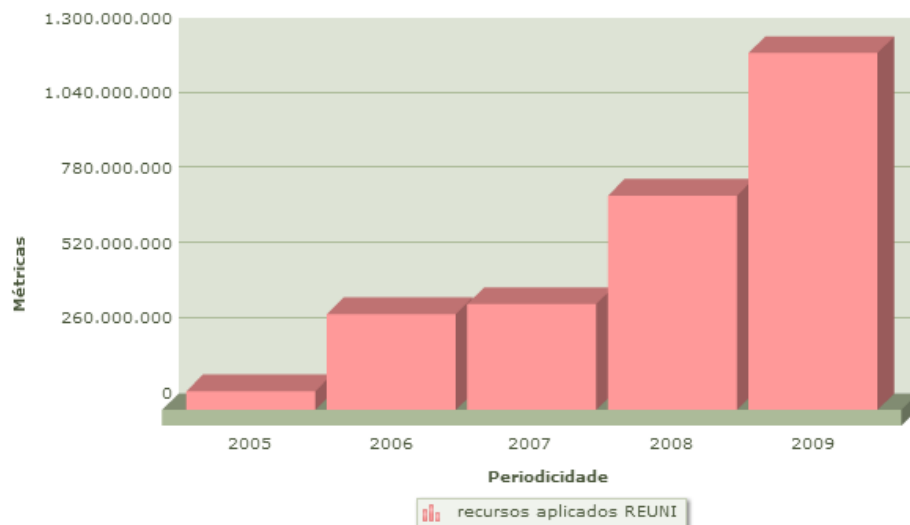
**Figura 11 - Número de vagas criadas por local Reuni**



**Fonte:** Dados secundários Brasil (2016).

A figura 11 também é um gráfico de barras, e faz referência ao número de vagas criadas com o programa Reuni, porém, este gráfico foi organizado por período e por local; portanto, refere-se à criação de vagas em universidades federais nos 27 estados da união, no período de 2003 a 2009. É possível observar que Minas Gerais é o estado com o maior número de vagas criadas com o programa Reuni com 120.005 mil vagas criadas no período observado, seguido dos estados do Rio de Janeiro com 104.687 mil vagas criadas e Rio Grande do Sul 79.973 mil vagas criadas, respectivamente.

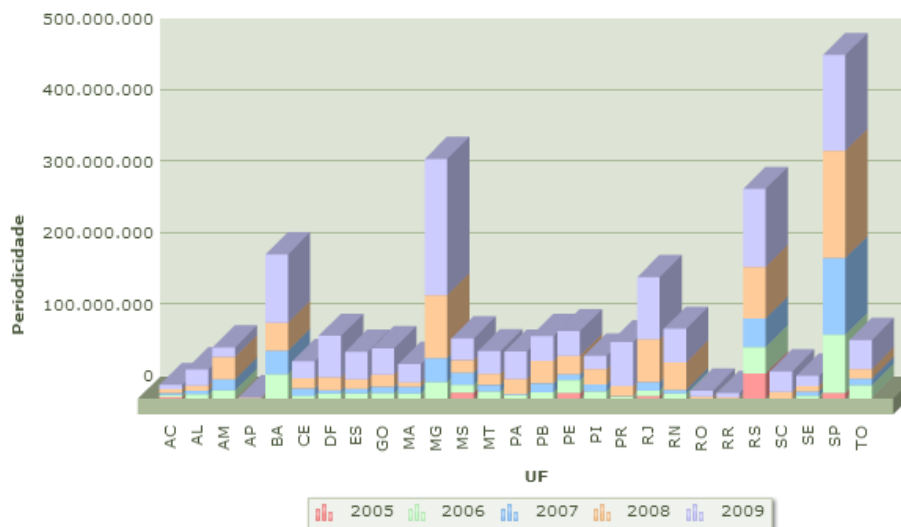
**Figura 12. Recursos financeiros disponibilizados pelo programa Reuni**



Fonte: Dados secundários Brasil (2016).

O gráfico de barras da figura 12, por sua vez, ilustra os recursos financeiros disponibilizados pelo programa Reuni. É possível observar dados referentes aos anos de 2005 a 2009. Dessa forma, nota-se que no ano de 2005 foram disponibilizados R\$ 64.840.709,22 pelo Ministério da Educação; já no ano de 2006 foram R\$ 331.778.297,95 e no ano de 2007 o valor de R\$ 366.877.393,98, em 2008, os recursos alcançaram a marca de R\$ 742.322.879,12 de recursos disponibilizados e, no ano de 2009, esse valor saltou para R\$ 1.236.677.892,54. Com isso, nota-se um aumento de 90% nos recursos financeiros disponibilizados desde o ano de 2005 a 2009.

**Figura 13. Recursos financeiros disponibilizados pelo programa Reuni**



Fonte: Dados secundários Brasil (2016).

O gráfico de barras da figura 13, também se refere aos recursos financeiros disponibilizados pelo programa Reuni, porém organizados por localidade e por tempo. Observa-se, portanto, que o estado de São Paulo foi o estado que mais recebeu recursos financeiros pelo programa Reuni e Expansão para as universidades federais, totalizando um valor de R\$ 479.852.314,43, seguido por Minas Gerais com um valor de R\$ 334.807.164,07, Rio Grande do Sul com um valor de R\$ 292.827.600,10, Bahia com um valor de R\$ 201.423.071,57 e o estado do Rio de Janeiro com o valor de R\$ 169.811.643,13.

#### 4.1 O Papel Social

O REUNI é uma forma de minimizar os efeitos causados pelas desigualdades sociais historicamente construídas. É importante saber que o REUNI amplia o acesso ao nível superior quanto ao número de vagas e percurso do aluno dentro do nível superior. A Lei de cotas, sancionada em 2012, “garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2012). Os dois programas se somam, mas tratam de assuntos diferentes. O primeiro, sem o segundo, amplia o acesso às escolas públicas para quem vem das escolas particulares, pois estes alunos possuem, em maioria, ensino básico de melhor qualidade, contribuindo para melhor classificação nos processos seletivos para ingresso nas universidades públicas. A figura 14 representa o percentual de alunos nas educações básica e superior, respectivamente, de acordo com sua raça/cor.

**Figura 14 – Quadro de Comparação entre a porcentagem racial presente na Educação Básica e no Ensino Superior de Minas Gerais**

	Educação Básica		Ensino Superior	
Amarela	14.357	0,3%	5879	2,3%
Branca	1.714.484	41,8%	153.089	61,0%
Indígena	7.602	0,2%	733	0,3%
Parda	2.076.366	50,6%	73.201	29,1%
Preta	290.598	7,1%	18.243	7,3%

**Fonte:** Adaptado de CIPRIANO *et al.* (2015).

A figura 14 demonstra que, na educação básica, cerca de 50% dos alunos são pardos, caindo para cerca de 30% no ensino superior, mas ainda assim representa a segunda maior raça matriculada no ensino terciário. A população branca representa quase 42% da educação básica e aumenta para 61% na educação superior. Tanto no ensino superior quanto no básico, as raças branca e parda representam maior número de alunos, o que demonstra, novamente, que o Reuni tem sim o importante papel de aumentar as vagas, mas não é um programa autosuficiente. Existe ainda hoje, a necessidade de implementar novos programas, ou reavaliar aqueles já existentes, de forma que possibilitem a entrada de todas as classes sociais e raças no ensino superior.

É inegável a necessidade de expansão da educação superior no país, mas deve-se cuidar para que a oferta dos cursos não seja superior à capacidade que as instituições possuem de oferecer ensino de qualidade. Portanto, a análise do número de vagas não é suficiente para afirmar a melhoria da qualidade do ensino público.

As universidades são locais de valorização da produção de conhecimento. Este conhecimento é capaz de desenvolver um país, bem como realizar mudanças globais. Ao se olhar para o Brasil, sua extensão territorial, a quantidade de habitantes e diferenças culturais, a persistência e a capacidade de aprendizado das pessoas que vivem aqui, percebe-se que o país é um local propício para se produzir novos conhecimentos e estimular o desenvolvimento econômico e social. Contudo, nota-se que a desigualdade social afeta a população impedindo, muitas vezes, que cheguem a ingressar no nível superior de ensino e dificultando a democracia do acesso.

Enquanto política pública, o Reuni está inserido em um contexto de valorização da educação terciária, visando minimizar as diferenças sócio-históricas e estimular o crescimento econômico do país por meio da educação. A análise exploratória da dimensão acesso demonstrou o cumprimento dessa dimensão através da criação de novas vagas representadas pelo aumento de 60% nas matrículas em cursos presenciais da rede pública federal, crescimento de quase 88% das matrículas noturnas de graduação presencial federal, além do aumento de mais de 120% dos ingressos na graduação da rede federal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de caráter qualitativo descritivo, visou compreender qual a contribuição, ainda que inicial, do programa Reuni para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Para tanto, analisou, a contribuição do programa Reuni na ampliação da oferta de

vagas de educação superior nas universidades federais. Pretendeu, expor ainda, uma avaliação inicial sobre o impacto da implantação do mesmo como política pública de expansão do ensino superior e democratização de acesso. Propõe-se uma análise da contribuição inicial, pois é compreensível que uma política pública terá muitos impactos em muitas dimensões ao longo dos anos, alguns difíceis de prever, mas o aumento nos números de acesso é essencial ao sucesso do programa.

A pesquisa avaliou informações textuais e apresentações gráficas, que se referiam: a) Número de matrículas criadas pelo programa Reuni; b) Número de vagas criadas pelo programa Reuni; e c) Recursos financeiros disponibilizados aos programas Reuni e Expansão, informações estas disponibilizadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal e entidades vinculadas ao mesmo sobre a educação superior no Brasil, antes e após a implantação do Reuni. Os dados foram coletados nos sítios e portais da internet do Ministério da Educação, Ministério do Planejamento e Balanço de Governo 2003 a 2010. Os dados a qual

Como ampliar o acesso e alcançar uma maior equidade, com educação de qualidade é uma questão central da política de educação. Na última década, foram propostas soluções para proporcionar maior acesso e equidade com base na diversificação do sistema com a criação de novos tipos de instituições de ensino superior, novos tipos e modalidades de cursos, bem como as propostas, incluindo ações afirmativas (PROUNI e a política de cotas). A análise dos dados revela a situação atual: o aumento do acesso, bem como a implementação de sociais políticas de inclusão em particular no sector do ensino superior privado, resultou na produção de um efeito socialmente perverso de democratização. A democratização do acesso ao ensino superior de qualidade torna-se, portanto, uma questão de extrema importância.

A análise do Resumo Técnico Censo da Educação Superior do ano de 2013 fixa a distribuição do número de matrículas, ingressantes e concluintes por área geral de conhecimento, onde 40,6% dos matriculados, 41,56% dos ingressantes e 44,3% dos concluintes estão inseridos na área do conhecimento das ciências sociais, negócios e direito, área esta que inclui o curso de Administração. Ainda neste documento são destacados os 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas, por gênero.

O resumo técnico do censo da educação superior de 2013 afirma que ao considerar o total de 7.287.413 matrículas em cursos superiores no ano de 2013, tem-se o curso de Administração com aproximadamente 11% das matrículas. A expressividade das matrículas nos cursos de Administração volta o foco para a necessidade de avaliação das políticas de ingresso na educação superior, especialmente para este curso, por isso sugere-se que as

pesquisas futuras busquem compreender tamanha expressividade das matrículas efetuadas no curso superior em Administração.

Como limitações, sugere-se a tentativa de avaliar uma política pública, ainda em seus passos iniciais, que conseqüentemente terá maiores resultados ainda no futuro, ressalta-se a importância de respeitar a historicidade que acompanha as implantações das políticas públicas.

De fato, houve grande expansão da educação pública superior no Brasil após a implantação do Reuni, os resultados apresentam um aumento de cerca de 30% no número de matrículas de 2003 a 2009; um aumento de cerca de 70% no número de vagas criadas pelo Reuni e disponibilizadas para a rede federal de ensino superior no mesmo período e, de 2005 a 2009 um aumento de 90% nos recursos financeiros disponibilizados. Todavia, essa melhora não será sinônimo de melhoria educacional enquanto não houver processo de construção e desenvolvimento do discente. É preciso construir uma visão mais completa da qualidade da educação superior no Brasil e, para tanto, deve-se considerar variáveis como estrutura física das Universidades, grade curricular e projetos pedagógicos dos cursos, além da constituição do corpo docente. O Programa Reuni tem objetivos principais bem estabelecidos, mas existe a necessidade de iniciativas de debate sobre os cursos implantados a partir do Reuni, especialmente os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas e Direito, área esta que mais se matricula no Brasil, e como os mesmos produzem conhecimento.

Com a política de crescimento implantada nas universidades públicas federais, a remodelagem de suas atividades está voltada para a competitividade e produtividade. Dessa forma, as instituições públicas inserem-se em um campo voltado ao empreendedorismo e em busca de maior lucratividade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. D. S.; PACHECO, R. A. As origens e desenvolvimento do ensino superior brasileiro: o caso da UFRPE. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27º, 2013, Natal. **Anais...** ANPUH, 2013.

ANDIFES. **Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior**, 2003. Disponível em: <[www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. **Educação superior: políticas públicas para inclusão social**. Ano 2009.



ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. **Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional**: um exame do Reuni. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [on-line], v. 18, n. 69, p. 647-668, 2010.

ARRUDA, A. L. B; GOMES, A. M. Democratização do Acesso à Educação Superior: o Reuni no Contexto da Prática. In: Reunião Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação, 34ª, 2011, Natal. **Anais...** ANPED, 2011.

BALÁN, J. Latin American Higher Education Systems in a Historical and Comparative Perspective. In: **Latin America's New Knowledge Economy**. Higher Education, Government, and International Collaboration, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades de Conocimiento**: nuevos desafios para laEducación Terciaria. Washington, D. C: Banco Mundial, 2003.

BERNHEIM, C. T; CHAUI, M. S. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**: cinco anos depois da Conferencia sobre ensino superior. Brasília: UNESCO, 2008.

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do REUNI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38º, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** ANPAD, 2014.

BORSATO, F. P; ALVES, J. M. Student Assistance in Higher Education in Brazil. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 1542-1549, 2015.doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.786.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras**. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. Presidência. **Balanco de Governo 2003 – 2010**. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/sintese-politica/sintese-politica-versao-impressa>. 28 /03/2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 28 /03/2016b.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plataforma de gestão de indicadores**. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/main.php?Y999=11&Y998=37618&Y777=0>. Acesso em: 28 /03/2016c.

BRASIL. Visão pública. **Painel de Indicadores**. Disponível em: <http://vispublica.gov.br/vispublica/publico/painel/indicadores/popUp.jsp?url=1752>. Acesso em: 28 /03/2016d.

BRASIL. **Sinopse das Ações do Ministério da Educação**. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7960-sinopse-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7960-sinopse-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jan. 2015.

CATANI, A. M. **A educação superior**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã. 2002.

CIPRIANO, J.; MARANHÃO, C.; MARANHÃO, R.; MACHADO, F. **Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior: as cotas nos cursos de administração**. In: Encontro Nacional de Graduação em Administração - XXVI Enangrad. Foz do Iguaçu, 2015.

COLETIVA, Autoria. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe-CRES/2008. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 1, mar. 2009.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. *Cadernos de Pesquisa* (35), n. 124, SP, FCC, jan. / abr, 2005, p. 11-32.

FRUNZEANU, M. Using Wikis, Word Clouds and Web Collaboration in Romanian Primary Schools. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 180, p. 580-585, 2015.[doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.02.163](https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.02.163).

LOHMANN, S; ZIEGLER, J; TETZLAFF, L. Comparison of tag cloud layouts: Task-related performance and visual exploration. In: **Human-Computer Interaction-INTERACT 2009**. Springer Berlin Heidelberg, 2009. p. 392-404.

LUGÃO, R. G. *et al.* **Planejamento, implementação e avaliação do REUNI: um estudo em universidades mineiras**. 2012..

MAIA, A. S. O descobrimento tardio: as raízes, o nascimento e os atuais desafios da universidade brasileira. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba*, Piracicaba, v.12, n.27, p.11-27, 2000.

MARTINS, C. B. C. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 30, p. 15-35, 2009.

MATHEWS, D. *et al.* Use of Word Clouds as a Novel Approach for Analysis and Presentation of Qualitative Data for Program Evaluation. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 47, n. 4, p. S26, 2015.

MAUÉS, O. C. A Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2011-2020: A proposta do Executivo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34ª, 2011, Natal. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

NEVES, C. E. B; RAIZER, L; FACHINETTO, R. F. Access, expansion and equity in Higher Education: new challenges for Brazilian education policy. **Sociologias**, v. 3, n. SE, p. 0-0, 2007.

PAES, M. S. P; PAULA E SILVA, J. M. A. Professional Education in Contemporary Brazilian Society: Public Policies and Pronatec Cup Program Analysis. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 239-243, 2015. doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.653.

PINTO, J. M. de R. **O acesso à Educação Superior no Brasil**. 2004.

RIGGS, R. J.; HU, S. J. Disassembly liaison graphs inspired by word clouds. **Procedia CIRP**, v. 7, p. 521-526, 2013.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. **Ensino superior**: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Congresso Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, Brasil, 2009.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p.380-392, maio/ago. 2010.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96, out. 2006.

TANEGUTI, L. Y. Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. Relatório Técnico ao CNE. Ministério da Educação. Brasília. 2013.

TRINDADE, H. (Org.) **Universidade em Ruínas**: na República dos Professores. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p.223.

VIÉGAS, F. B.; WATTENBERG, M. Timelines tag clouds and the case for vernacular visualization. **Interactions**, v. 15, n. 4, p. 49-52, 2008.

VIEIRA, E. S.; LEPORI, Benedetto. The growth process of higher education institutions and public policies. **Journal of Informetrics**, v. 10, n. 1, p. 286-298, 2016.doi.org/10.1016/j.joi.2016.01.001.

WESKA, A. R. *et al.* **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012.

WESKA, A. R. **O Programa REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2012. 93 f. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

MARANHÃO, C. M. S. A; FERNANDES, T. A; PEREIRA, J. J; MARANHÃO, R. K. A. Universidade Federal e Políticas Públicas no Brasil: Análises sobre o Reuni. **Rev. FSA**, Teresina, v.15, n.3, art. 3, p. 51-78, mai./jun. 2018.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>C. M. S. A. Maranhão</b>	<b>T. A. Fernandes</b>	<b>J. J. Pereira</b>	<b>R. K. A. Maranhão</b>
1) concepção e planejamento.	X	X		X
2) análise e interpretação dos dados.		X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X		X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X